

**Clarinda de Azevedo Maia (Coimbra)**

## **A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII.**

### **Alguns aspectos em equação**

1. Em artigo intitulado «A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa», publicado nas «Memórias da Academia das Ciências», afirmava Malaca Casteleiro, há quase um quarto de século, o seguinte:

O estudo dos gramáticos portugueses (salvo uma ou outra excepção) tem sido bastante descurado entre nós, ao contrário do que sucede com os gramáticos de outras línguas românicas (e não só!).

E, no entanto, tal estudo seria importante sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, permitir-nos-ia determinar a contribuição portuguesa para a História da Gramática, no Ocidente, que afinal se confunde, em parte, com a História da Linguística.

Em segundo lugar, este estudo representaria uma enorme contribuição para a História da Língua Portuguesa, na época posterior ao século XV. Em terceiro lugar, tal estudo forneceria vários elementos para a História da Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

Em quarto lugar, o estudo dos nossos gramáticos permitiria redescobrir descrições de aspectos da língua portuguesa, inovadoras e fecundas, mesmo em termos de Linguística Moderna (Casteleiro 1980: 197).

Apesar dos trabalhos publicados nalguns domínios, os vectores apresentados continuam a constituir temas de pesquisa onde é possível produzir trabalhos inovadores. Dos itens referidos, os dois últimos, não obstante o seu evidente interesse, continuam a representar vias muito escassamente transitadas pelos investigadores.

Na presente comunicação, a que demos um título intencionalmente bivalente em termos interpretativos, procuraremos reflectir sobre a importância da história (e das questões diacrónicas) na teoria linguística do século XVIII e, por outro, sobre a importância dos textos gramaticais e ortográficos portugueses de Setecentos para o conhecimento do desenvolvimento histórico da língua e da situação do português no século em apreço.

Relativamente a esta última questão, sendo raros os estudos parcelares baseados nas informações dos gramáticos e ortógrafos setecentistas sobre aspectos essenciais correspondentes aos vários níveis linguísticos, não é minha intenção apresentar, neste momento, a situação da língua portuguesa nessa centúria, tal como é descrita e apreciada pelos autores dos textos de carácter linguístico e gramatical.

pelos autores dos textos de carácter linguístico e gramatical. Empreender-se-á uma reflexão teórico-metodológica sobre o valor dos textos de carácter gramatical e ortográfico para o conhecimento da situação da língua portuguesa na época a que dizem respeito, equacionando as principais questões a ter em conta e adequando as considerações feitas sobretudo aos textos setecentistas, ao mesmo tempo que se esboçam algumas pistas de análise. Em conexão com essas reflexões, serão referidos alguns fenómenos de mudança sofrida pela língua e examinar-se-ão as observações que lhes são feitas por alguns autores de textos de carácter gramatical e ortográfico.

Trata-se, essencialmente, de reflectir sobre qual a contribuição dos textos metalinguísticos (setecentistas) para o conhecimento da história da língua nesse século, mas tendo presente que deve ser atribuída prioridade metodológica aos materiais registados nas fontes textuais directas, porque é nelas que se manifestam os usos linguísticos (escritos) da época a que correspondem. Defendemos, ainda, a complementaridade entre os materiais registados em fontes textuais, correspondentes a diferentes tipos e estilos, e as informações fornecidas pelos textos gramaticais e ortográficos.

2. Desde a Antiguidade Clássica, que o propósito orientador sobre o bom uso constitui o interesse central da tradição metalinguística. A partir do início da produção gramatical do Ocidente, quando as línguas vulgares passaram a poder comparar-se com o latim e a ser dignas de ser «reduzidas a *arte*», está bem patente a finalidade normativa, como uma tentativa de travar a «evolução» da língua motivada pelo mau uso que dela faziam os falantes, sobretudo os considerados incultos, rústicos ou vulgares. O gramático assume uma dupla função, descrevendo, por um lado, o que é a língua, e, por outro, privilegiando certos usos e dizendo o que a língua deve ser. Assim, as gramáticas do Português, a partir da tradição humanística, são, simultaneamente, descritivas e prescritivas: descrição e prescrição são parâmetros que estão presentes na produção linguístico-gramatical portuguesa a partir do século XVI. A análise de um significativo conjunto de textos de carácter gramatical e ortográfico a partir do Renascimento revela claramente que a gramática exerce uma dupla função: por um lado, descrever os componentes dos vários níveis linguísticos — os níveis fónico, morfológico, sintáctico lexical — e, por outro, apresentar regras que orientem os utentes da língua, privilegiando certos usos, dizendo o

que a língua deve ser e determinando simultaneamente o que se não deve dizer (Fávero 1999: 231):

Na sua função *descriptiva* — sempre do uso-padrão —, o gramático explica o modo de funcionamento da estrutura da língua, enquanto, na sua função *prescritiva*, está preocupado em estabelecer normas que disciplinem seu uso.

Esse modo de entender a gramática como arte da correcção no falar e no escrever, que representa uma herança da *ars recte loquendi* de Quintiliano, perpetua-se durante séculos na tradição gramatical portuguesa. Se deixarmos de lado o texto de Fernão de Oliveira que, não obstante ter sido impresso com o título «Grammatica da lingoagem portuguesa», certamente por influência da «consuetudo» de la tradition médiévale qui faisait appeler «grammaire» toutes les oeuvres au contenu linguistique» (Buescu 2000: 756), foi pelo próprio Autor considerada uma «anotação»,<sup>1</sup> verificamos que em vários textos da nossa produção gramatical metalinguística se insiste em definições reveladoras dessa concepção.

João de Barros, logo no início da sua *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), apresenta a seguinte definição de gramática, concebida como *arte* prescritiva (Buescu 1971: 59, 293):

Grammatica, e uocabulo graego: quer dizer, çiência de leteras. E segundo a difinçâm que lhe os Grãmáticos derã: ẽ hũ modo, çerto e iusto de falãr, & escreuer, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos.

E, ao explicar o conteúdo das várias partes da gramática — as quais, na sequência da tradição dos gramáticos latinos, são a Ortografia, a Prosódia, a Etimologia e a Sintaxe —, declara começar pelo estudo da «lêtera», como convém à gramática «preçeitiva», afastando-

---

1 Desde o início do seu texto esclarece Fernão de Oliveira que a obra é uma «anotação»: «Esta he a primeyra anotação que Fernão doliveyra fez da lingua portuguesa» (1536: 2). Igualmente, no fim da obra se afirma: «Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua portuguesa [...]». No interior do texto revela, várias vezes, a intenção de elaborar um trabalho mais extenso e sistemático sobre a língua portuguesa. Não obstante o alcance e a originalidade da obra de Fernão de Oliveira, «não pode, de modo algum, considerar-se [...] como uma arte no sentido em que Barros o entende, nem sequer, talvez uma Gramática» (Buescu 1971: LXXVII).

-se do que é requerido pela gramática especulativa (Buescu 1971: 60, 294).<sup>2</sup>

A concepção de gramática a que temos vindo a fazer referência como *arte* que pretende regular e conduzir os comportamentos verbais dos utentes de línguas particulares transmite-se aos séculos seguintes, chegando até aos nossos dias. Não é, portanto, de surpreender que, no século XVIII, se encontre essa concepção prescritiva e correctiva da gramática: nos textos de vários autores setecentistas o conceito de gramática implica os de prescrição e de correcção, sendo a definição apresentada muito próxima da que foi herdada da antiguidade greco-romana. Sirvam de exemplo as definições apresentadas por Luis António Verney (1746) e por Jerónimo Soares Barbosa na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, publicada em 1823, mas escrita provavelmente cerca de vinte anos antes, uma vez que o prefácio tem a data de 1803. O autor do *Verdadeiro método de estudar*, ao tratar, no tomo primeiro, da reforma do ensino das humanidades, considera, na «Carta Primeira», a gramática «a porta dos outros estudos: da-qual depende, a boa eleisam dos-mais» (Verney 1746: 5), apresentando, em seguida, o seu conceito de gramática:

A Gramatica, é a arte de escrever, e falar corretamente. Todos aprendem a sua lingua no-berso: mas se acazo se-contentam com esa noticia, nunca falarão como omens doutos. Os primeiros mestres das-linguas vivas, comumente sam molheres, ou gente de pouca literatura: de que vem, que se-aprende a propria lingua com muito erro, e palavra impropria, e pola maior parte palavras plebeias. É necesario emendar com o estudo, os erros daquela primeira doutrina (Verney 1746: 5).

Na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, escrita com um duplo objectivo — por um lado, a «elucidação teórica sobre a origem e a natureza da linguagem» e, por outro, a «instituição da norma prescritiva, atendendo a interesses políticos e culturais» (Fávero 1999: 234) — Soares Barbosa que, como Verney, defende o princípio de que o ensino da gramática deve começar pelo ensino da gramática da língua materna, apresenta a seguinte concepção de gramática (Fávero 1999: 234):

[a gramatica] não é outra coisa [...] senão a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar correctamente qualquer língua [...] Porque a gramática da língua nacional é o primeiro estudo indispensável a todo o homem

---

2 Afirmação análoga se encontra no início do capítulo consagrado por Barros à Ortografia (Buescu 1971: 369).

bem criado, o qual, ainda que não aspire a outra literatura, deve ter ao menos a de falar e escrever correctamente a sua língua.

O carácter prescritivo e correctivo da gramática, cuja finalidade é o *usus*, está presente na «Arte da grammatica da lingua portuguesa» (1770) de Reis Lobato que, na *Introdução*, justifica a necessidade da Gramática da língua materna do seguinte modo:

Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente (Assunção 2000: 117).

Fazendo da oração «o fim das regras da Grammatica» (Assunção 2000: 143, n. α), apresenta Reis Lobato a seguinte concepção: «A Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza» (Assunção 2000: 143).

3. Conforme salientámos acima, os autores de obras de índole gramatical procuram satisfazer as necessidades de orientação sentidas pelos utentes da língua quanto ao padrão em vigor na comunidade. Desse modo, a delimitação da norma e a sua relação com o uso configura-se como uma questão central não só pela importância que assume no discurso gramatical teórico mas também pelo alcance prático imediato de que o problema se reveste. Em virtude de centralidade dessas questões, importa conhecer o conceito de norma de cada autor e a forma de língua por ele escolhida como exemplar, como forma idiomática de eleição na comunidade, assim como o grau de importância concedido ao *uso* por cada gramático e o sentido que por ele é atribuído a esse termo e que pode coincidir com o conceito de uso herdado de Quintiliano, como «consensus eruditorum», ou com os «hábitos lingüísticos de los hablantes», ya sea en el sentido de comunidad lingüística [...] ya sea como uso individualizado de la lengua» (Pozuelo Yvancos 1986: 90). Estas questões têm uma relação muito directa com os critérios de correcção adoptados pelas gramáticas e ortografias da época, os quais permitiam sancionar determinadas formas ou construções e condenar o emprego de outras.

Estando o conceito de norma de cada autor (assim como o modelo de exemplaridade proposto), e a importância atribuída ao uso muito influenciados pelas concepções linguísticas da época e aceites por cada gramático e ortógrafo, reveste-se de fundamental importância

enquadrar o tratamento destas questões nas ideias linguísticas em vigor na época não só em Portugal mas em toda a Europa.

Relacionado com o problema da norma e do uso, com a tensão entre norma e uso, está uma questão relativamente à qual os gramáticos sentiram necessidade de tomar posição, a mutabilidade do signo e a evolução da língua. Não surpreende que seja nos tratados de *Orthographia* (associada à *Orthologia*, o estudo da recta pronúncia), que se coloque «como problema prioritario, qué norma se debe seguir y en qué medida el uso (y qué uso) hace norma» (Pozuelo Yvancos 1986: 79). É facilmente compreensível que seja nessa parte da Gramática, onde a erosão do uso é mais acentuada e mais constante e onde, portanto, a mudança é mais facilmente percebida que se obtenham mais informações sobre a diversidade de usos, sobre a mudança linguística e sobre o desenvolvimento histórico da língua.

O nascimento de uma atitude histórica perante a língua coincide com o início da produção gramatical e ortográfica no século XVI. Não sendo oportuno, neste momento, fazer uma análise pormenorizada do tratamento da mudança linguística e do despertar da atitude histórica perante a língua, afirmaremos sinteticamente que os gramáticos e ortógrafos renascentistas têm consciência da mutabilidade do signo, da evolução das línguas, ora considerando a mudança uma característica intrínseca das línguas, um fenómeno universal, ora assumindo a concepção de que a língua vulgar é o resultado da «corrupção», de um processo degenerativo a partir da língua-mãe, o latim.

Embora a obra gramatical do primeiro gramático, Fernão de Oliveira (1507-1581), se destaque em importância sobretudo no domínio sincrónico e, particularmente, na fonética (Coseriu 1991: 19), o problema da mudança linguística está presente, sendo considerada como intrínseco à própria natureza das línguas, devendo, portanto, ser encarado como fenómeno natural, correspondente à mutabilidade de tudo o que é humano.

Nos últimos anos de Quinhentos e nos primeiros anos da centúria seguinte, com os tratados de Duarte Nunes de Leão, a *Origem da lingua portvgvesa* (publicada em 1606, mas cuja primeira licença de impressão remonta ao ano de 1601), e a *Orthographia da lingua portvgvesa* (1576), «a origem e a história do português já chega a ser um objecto especial de descrição linguística» (Kossarik 2002: 25). Além de manifestarem consciência clara da mutabilidade das línguas, os dois tratados revelam uma concepção histórica da língua portu-  
gue-

sa, apresentando uma descrição da origem e história do português que antecede a que para o castelhano é feita por Bernardo Aldrete em *Del origen y principio de la lengua castellana ô romance que oi se usa en España*» (1606), a qual foi já considerada «la primera historia de la lengua española» (Guitarte 1986: 130).<sup>3</sup>

Nascida já com o início da produção linguístico-gramatical portuguesa, mantém-se no século XVIII a consciência da mudança linguística.

Relativamente à evolução sofrida pela língua portuguesa, verifica-se que os gramáticos do século XVIII não só têm consciência da mudança da língua, mas essa consciência é tão clara que chegam a propor a divisão da história da língua em fases históricas (Maia 2001: 43-44). Aliás, a gramática, entendida como *ars* que ensina a falar e a escrever correctamente, tem necessidade de critérios de correcção, de princípios reguladores que sustentem as suas propostas normativas tanto no plano da língua como da ortografia. Atendendo à relação directa que existe entre o conceito de autoridade e a mudança linguística, constituiria uma interessante pista de trabalho a análise daquele conceito na teoria linguístico-gramatical setecentista e o estabelecimento da relações com o modo como é encarada a evolução da língua e a atitude revelada em relação a este fenómeno pelo autor de cada obra gramatical ou ortográfica. Esse estudo constituiria, além disso, um seguro fundamento para a compreensão das propostas dos autores mais normativistas que desejam imobilizar a língua, evitando a «corrupção», ou dos que consideram a mudança como a adaptação da língua às novas necessidades comunicativas e, portanto, como um processo de aperfeiçoamento idiomático. Desses dois paradigmas científicos encontramos representantes na produção gramatical setecentista. Citeremos apenas dois autores representantes dos dois modos de conceber a mudança linguística. No seu *Compendio de orthografia* (1767), revela Monte Carmelo grande sensibilidade em relação à diferenciação interna da língua portuguesa e à mudança por ela sofrida na sua trajetória temporal, considerando esse fenómeno como um processo de degeneração, e concebendo como factor determinante a expansão da

---

3 Deve esclarecer-se que a *Origem da lingoa portvgvesa* de Duarte Nunes da Leão, não obstante ter sido publicada em 1606, encontrava-se escrita há alguns anos, uma vez que a primeira licença para a sua impressão data de 10 de Julho de 1601 (cf., no início do volume da primeira edição, impressa por Pedro Crasbeeck, a secção «Licenças»).

língua portuguesa no mundo, à semelhança do que tinha acontecido com a língua latina no período imperial:

Finalmente devo lembrar, que assim como a causa de hũa grande corrupçãm da *Orthologia* Latina foi muita gente de Nações diversas, que antigamente concorria a Roma; assim tambem succede o mesmo nesta Corte a respeito do nosso *Idioma*: e por isto devem os Eruditos, e zelosos, cuidar muito na pureza da nossa *Orthologia*, nam seguindo os abusos, aindaque sejam de muitos, e de pessoas principaes, como bem advertiu o mesmo Cicero (Monte Carmelo 1767: 725).

À motivação referida acrescenta o Autor outras circunstâncias, responsabilizando os pais, os «mestres» e as amas, como agentes da transmissão da língua na fase da aquisição e da aprendizagem da mesma, pela «corrupçãm dos Idiomas»:

Aindaque tenho noticia de outros *Defeitos*, ou *Abusos* oppostos á verdadeira *Orthologia* do *Idioma* Portuguez; comtudo nam me-pareceu necessario, nem possivel notar, e corrigir todos em hum tam breve *Compêndio*; porque a *Plebe* ignorante, ou a gente ociosa inventa continuamente *Vocabulos* novos indignos, ou corrompe os legitimos sem remédio. A'lem disto assim como algũas vezes os paes, as ammas, os Mestres, os Poetas, e as Comedias depravam os animos innocentes, introduzindo-lhes preoccupações falsas, perigosas, ou ridiculas, como Cicero adverte, assim tambem ensinam, particularmente os paes, Mestres, e as ammas ignorantes, a corrupçãm dos *Idiomas*, a qual depois nam he facil evitar, como affirmou Quintiliano, e a experiencia confirma. Esta perversãm da nosso [sic!] *Orthologia* nam seria tam geral, se todos os Mestres de meninos fossem bastantemente instruidos, como devem, em todas as quatro *Partes* de hũa, e outro [sic!] *Grammatica* Latina, e Portugueza (Monte Carmelo 1767: 724-725).

Em paradigma oposto se enquadra Verney que, ao justificar o sistema ortográfico que propõe, valoriza o critério da pronúncia, afirmando que «os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura: e, posto isto, *devem escrever a sua lingua, da-mesma sorte que a-pronunciam*» (Verney 1746: 14).<sup>4</sup> Em consonância com a valorização do princípio fonético, Verney concebe a mudança como um processo de aperfeiçoamento e de enriquecimento da língua:

Seria uma ignorancia manifesta, e afetasam indesculpavel, falar oje com muitas palavras, de que uzáram os antigos Portuguezes. E isto, nam por-outra razam, senam porque *a lingua se-foi purgando*, e os omens mais capazes intendêram, que se-devia falar de outra maneira. E se isto se-

4 O sublinhado é da nossa responsabilidade.



-prática, com inteiras palavras, porque o-nam-praticaremos, com *melhor pronuncia?* (Verney 1746: 45).<sup>5</sup>

E, ao aludir à introdução de estrangeirismos, aceitáveis quando na língua não existem recursos expressivos próprios, volta a fazer umas considerações que reflectem o que entende por mudança idiomática, concebida como um processo de renovação, o que constitui um «privilegio das línguas vivas» (Verney 1746: 46):

Este mesmo uzo, *de purgar as linguas, melhorando na boa pronuncia, e enriquecelas com palavras novas*, quando á necessidade; está geralmente introduzido (Verney 1746: 46).<sup>6</sup>

A distinta visão dos gramáticos e ortógrafos sobre a mudança das línguas condiciona a opção por determinados critérios de correcção e pela delimitação da norma — a variedade linguística considerada exemplar e que, portanto, servia de modelo para as realizações concretas dos membros da comunidade — e contribui para configurar o discurso metalinguístico de cada gramático e ortógrafo. No caso de tratados de ortografia, o modo de conceber e explicar a mudança linguística determinou, ainda, a valorização, por parte de cada autor, de um ou outro dos três princípios que, desde a Antiguidade, serviam de pilares aos sistemas gráficos de tipo alfabético: o princípio etimológico, o princípio fonético e o que correspondia ao uso.

A opção por cada um destes três princípios ou, pelo menos, a valorização de cada um deles não só constituía uma justificação para a sua proposta ortográfica, como — ao estar a ortografia em relação com a ortologia — condiciona a avaliação que de factos fónicos particulares é feita por cada tratadista.

Ao lermos os depoimentos dos ortógrafos sobre alguns traços fónicos singulares em relação com as grafias propostas, é necessário ter presentes as diferentes coordenadas acima aludidas se se pretende obter uma imagem coerente sobre a pronúncia na época considerada exemplar, por corresponder à variedade que tinha valor regulador e normativo, e sobre a situação da língua no período em apreço tanto no plano diatópico como no plano social.

Efectivamente, se compararmos as informações fornecidas por Madureira Feyjó, Monte Carmelo e Luís António Verney em relação ao valor dos grafemas <ch> e <x>, verificamos não existir concordân-

---

5 O sublinhado é da nossa responsabilidade.

6 O sublinhado é da nossa responsabilidade.

cia quanto à pronúncia correspondente ao primeiro dos símbolos gráficos.

Adepto do critério etimológico, Madureira Feyjó avalia como «erro, ou vício patrio» (Feyjó 1734: 53) a pronúncia como fricativa prepalatal correspondente ao grafema <ch>, do mesmo modo que avalia também como viciosa a confusão que então se verificava no uso dos grafemas <ch> e <x> (Feyjó 1734: 53). A confusão tanto no plano fónico como no nível gráfico encontrava-se, segundo o Autor, confinada aos habitantes de Lisboa:

*Chave, Chaminé, China, Chove, Chuva* cuja pronunciação não tem similhaça com outras letras; e so os oriundos de Lisbôa a equivocão tanto com o *x*, que a cada palavra trocãõ huma por outra; porque não só pronunciaõ, mas tambem escrevem, *Xave, Xemine, Xina, Xóve, Xuva* (Feyjó 1734: 52).

Monte Carmelo, também defensor do princípio da etimologia, continua a considerar como vício a confusão entre os dois sons, atribuindo ao fenómeno uma maior amplitude geográfica que Madureira Feyjó:

[...] na conversaçãõ, e ainda na *Orthografia*, confundem alguns Povos, particularmente os da Estremadura, a estas duas *Letras*. Para evitar este vício farei aqui hum *Catalogo* das *Dicçoẽs* Portuguezas mais ordinarias, que se pronunciam, e escrevem com *X*, e sam muito poucas, paraque, bem conhecidas estas, todas as mais se-profiram, e escrêvam com *Ch* (Monte Carmelo 1767: 305).

O Autor do *Verdadeiro método de estudar*, embora defenda que continue a manter-se a distinção grafemática entre <x> e <ch>, afirma que na

[...] pronuncia, nam á diferença entre uma, e outra letra. Em materia de pronuncia, sempre se-devem preferir, os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura, che todos os das-outras Provincias juntas. Ora é certo, que os ditos pronunciam docemente como um *x*: e nem só eles, mas muitisimos de outras Provincias, tem a mesma pronuncia (Verney 1746:30).

E, ao defender que os dois grafemas devem ter como referente o mesmo som, ou seja, a fricativa prepalatal surda, apresenta como justificação o facto de que «a pronuncia comua está a seu favor» (Verney 1746: 30).

Poderíamos exemplificar com outros fenómenos singulares de mudança ocorridos na história do português — não só de carácter fónico, mas também correspondentes a outros níveis linguísticos —

mas, neste momento, pretendemos apenas sublinhar que, desde que se tenham em consideração as questões centrais da teoria linguístico-gramatical na produção portuguesa de Setecentos e os seus reflexos no pensamento de cada gramático, os depoimentos por eles fornecidos podem constituir documentos importantes para a história da língua portuguesa, sobretudo se se conjugar a informação histórica com a avaliação que, através do seu discurso, é feita dos diferentes fenómenos ou dos distintos usos.

Sublinhe-se, além disso, que os textos gramaticais são igualmente susceptíveis de ser analisados como fontes textuais directas, revestindo-se de grande interesse a comparação, relativamente a fenómenos linguísticos particulares, entre o uso escrito e a norma prescrita, aspecto a que não foi dada a menor atenção no estudo da produção gramatical portuguesa.

4. Além do interesse de que para a história interna do português se revestem as gramáticas setecentistas sobretudo em relação a fenómenos de mudança recentes ou em curso, elas fornecem também muitas informações sobre a norma linguística da época, sobre a diversidade linguística do português, nomeadamente sobre a variação diatópica e a variação social. Em relação a fenómenos particulares de mudança linguística, os textos do tipo que estamos a considerar permitem conhecer o processo de difusão na comunidade de fenómenos linguísticos inovadores e a segmentação diatópica do território que daí decorre.

Tal como afirmámos acima em relação à mudança linguística, também a variação não representa um fim em si própria na produção linguístico-gramatical de Setecentos. Constituindo o objectivo central da gramática orientar os utentes da língua sobre o bom uso, é em função desse objectivo orientador que surge a questão da variação.

Embora sendo certo que os gramáticos se propunham, acima de tudo, codificar os factos da língua que representava o modelo que todos deviam seguir, eles revelam-se, em diferentes graus, atentos e sensíveis ao uso linguístico, e à sua diversidade. Para o historiador da língua são de grande alcance os comentários feitos pelos autores de textos gramaticais e ortográficos sobre as variedades da língua da época, as variedades diatópicas, as variedades diastráticas, as diafásicas e, de modo particular, as diacrónicas.

Revelam alguns autores um conceito amplo de língua, que se aproxima do conceito coseriano de «arquissistema» ou «língua histórica», entendida como «una «família» histórica de modos de falar afines e interdependientes», sendo os dialectos «miembros de esta família» (Coseriu 1981: 6). O texto setecentista que com mais clareza revela essa concepção de língua, como um conjunto de «dialectos», compreendidos estes como «modos diversos de falar a mesma língua», é o capítulo I, da «Quarta parte», da obra de D. Jerónimo Contador de Argote *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Na segunda impressão, publicada em 1725, no referido capítulo intitulado «Dos dialectos da lingua portugueza», adverte o Autor a grande diversidade de modos de falar a língua portuguesa, referindo os «dialectos locaes», «os dialectos de tempo» e os «dialectos de profissão» (Argote 1725: 292). A questão da diversidade linguística interna não era uma questão totalmente nova na produção gramatical portuguesa: Fernão de Oliveira, no primeiro texto de reflexão metalinguística sobre o português, presta lúcida atenção à diferenciação da língua, revelando uma clara consciência da variação diatópica, da variação social e da variação diacrónica (Maia 2001: 37-38). Aliás, também na produção linguístico-gramatical sobre a língua castelhana, o problema da diversidade linguística alcançou particular importância no *Renascimento* e no *Século de Ouro* (Zamora 1995: 160-161).

Voltando ao texto de D. Jerónimo Contador de Argote, saliente-se que, em consonância com o conceito amplo de língua que apresenta, revela um discurso metalinguístico marcado por grande objectividade patente, de uma maneira geral, na caracterização das várias «castas» de «dialectos». Ao ler-se a apresentação dos dialectos espaciais, poderíamos, à primeira vista, ser levados a pensar, perante o tipo de discurso, onde estão ausentes os juízos de valor traduzidos em expressões avaliativas — a não ser no que diz respeito às variedades fronteiriças, os «dialectos locaes» «de alguns lugares de Trás os Montes, e Minho nas rayas de Portugal» —, que o Autor os considera equivalentes, de valor e legitimidade semelhantes. Apesar do carácter neutro habitual do discurso metalinguístico, o exame do texto relativo aos dialectos regionais revela a primazia linguística do dialecto da «Estremadura», variedade de «referência», relativamente à qual os restantes são caracterizados por traços linguísticos considerados individualizadores; é

sintomático que do dialecto daquela província não se apontem particularidades linguísticas consideradas específicas e diferenciais, pretendendo-se significar que ele se caracteriza exactamente pela ausência de traços linguísticos regionais. Apenas, quando, ao caracterizar o «dialecto da Beyra», se aponta como traço individualizador a substituição do ditongo *ou* por *oi* («a *Ouvir* dizem *oyvir*, a *Couves* dizem *Coyves*»), se especifica que «esta pronuncia se reteve no Dialecto da Estremadura em muytas palavras, porque ao *Couro* dizemos *Coyro*, ao *Mouro Moyro*, ao *Touro Toyro*, &c.» (Argote 1725: 294).

A atitude do gramático muda radicalmente quando se refere aos dialectos fronteiriços «de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal», relativamente aos quais surge um discurso avaliativo que se exprime em qualificações negativas: *barbaros* («saõ muyto barbaros»; Argote 1725: 295), «quasi que se não pòdem chamar Portuguez» (Argote 1725: 295-296), «só os usa a gente rústica da quelles lugares» (Argote 1725: 296).

Formulações valorativas voltam a surgir apenas ao tratar do «dialecto rústico», que o Autor caracteriza como «*mao*, e viciado» («modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado» (Argote 1725: 299), usado pela «gente ignorante, rustica, e incivil» (Argote 1725: 299). Com o discurso avaliativo que se exprime nas formulações evocadas se entrelaça, a propósito deste tipo de «dialectos», um discurso de tipo normativo: «delle he necessario desviar aos meninos bem criados» (Argote 1725: 299).

Também no *Verdadeyro método de estudar* Verney (1746), ao apresentar a sua proposta ortográfica, baseada no princípio de que a ortografia deve reflectir a pronúncia, não deixa de fazer referência à existência de usos (fónicos) regionais. Além de afirmar a supremacia linguística da pronúncia dos «omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura» (1746: 14), que «sempre se-devem preferir [...] che todos os das-outras Provincias juntas» (1746: 30), faz alusão a variedades dialectais que manifestam traços (fónicos) diferenciais em relação ao falar da mencionada província que, na época, se estendia desde o Mondego até ao Tejo.

Ao tratar da grafia das terminações nasais *-am* e *-ão* e da relação destas com a pronúncia, consigna o uso da província de Entre-Douro-e-Minho onde «ainda oje se-pronuncia, em muitas destas palavras, o *o*, pois dizem, *Tabaliom*, *Escrivom* &c.» (1746: 27).

Com a indistinção que, ao nível das prepalatais, se verifica na pronúncia dos falantes cultos da província da Estremadura e de «muitissimos de outras Províncias» que não distinguem a africada prepalatal surda (na grafia <ch>) e a fricativa prepalatal surda (na grafia <x>), contrasta a pronúncia dos «Beirenses, que batem mais o dito *c*, encostando-se à pronuncia Romana do-*c*» (1746: 30).

Mesmo tendo presente que a província da Beira correspondia, em meados do século XVIII, a uma ampla área geográfica no Centro do Reino, que abrangia as comarcas de Coimbra, Viseu, Lamego, Guarda, Castelo Branco, Pinhel, Esgueira, Montemor-o-Velho e Feira (Pinto 1980/81: 169, n. 73), o conhecimento da actual realidade dialectal do português e o traçado das isoglossas da africada [č] em meados do século XX (Boléo 1951) levam-nos necessariamente à conclusão que Verney possuía uma visão incompleta da geografia dialectal do português do seu tempo. Se considerarmos que a dialectologia científica nasce muito mais tarde, apoiada em pesquisas directas *in loco*, não surpreende que o Autor proporcione dados incompletos sobre o âmbito geográfico onde perdura a africada [č] e que afirme que a pronúncia indiferenciada correspondente a <ch> e <x> é «a pronuncia comua» (1746: 30).

De qualquer forma, as gramáticas e ortografias, ao fornecerem dados de carácter dialectal, constituem uma fonte importante para o conhecimento histórico dos dialectos do português e para a história da consciência linguística, nomeadamente no que à diversidade interna da língua diz respeito.

Maior atenção e sensibilidade à variação linguística interna é apresentada por Monte Carmelo no seu *Compendio de orthografia* (1767) que, ao expor o seu sistema ortográfico, assinala determinados usos e faz comentários de carácter dialectal, relativos à abrangência diatópica de determinados traços fónicos que contrastam com a variedade que considerava exemplar, a qual o Autor identifica com a «que communmente usam hoje os Cortezaões, e Eruditos» (Prologo Apologetico, sem paginação). Logo no início desse texto preliminar, ao referir-se aos objectivos da obra — «instruir algũas pessoas na *Orthografia* moderna, e recta *Pronunciaçam* da nossa *Lingua*» — atribui a confusão entre *b* e *v* a «muitos daquelles, que vivem nas Províncias Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante» (Prologo Apologetico, sem paginação). E, no decurso do tratado de ortografia, através da explicitação de regras relativas ao emprego das várias «letras», estabe-

lecem-se relações com o plano da pronúncia, censurando-se algumas «confusões» ou «defeitos» que se encontram nalgumas variedades dialectais do português.

De valorizar são também os dados sócio-dialectais contidos na primeira parte do extenso § LI, na secção onde se consignam os «*Vícios*, ou *Abusos* mais ordinarios da *Plebe*» das várias regiões do Reino e se apresentam as respectivas «Correcções assim na *Orthología*, como na *Orthogrofia* [sic!]]» (Monte Carmelo 1767: 500-503).

De interesse para a lexicologia histórica do português é o amplo catálogo «Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares e Cômicos» inserido no mencionado parágrafo (Monte Carmelo 1767: 500-723), onde o Autor apresenta um significativo número de palavras divergentes da norma, precisando o âmbito social, estilístico ou diacrónico a que corresponde cada vocábulo.

Esse repertório lexicográfico, alfabeticamente organizado, representa uma importante fonte indirecta para o conhecimento do léxico português no século XVIII: nele se reúnem os vocábulos, classificando-os com recurso às etiquetas «antiquado», «antigo», «vulgar», «plebeu» e «cômico», cujo sentido e alcance Monte Carmelo apresenta no início do compêndio, na «Explicação dos Vocabulos Latinos, e Portuguezes abbreviados», utilizados ao longo do tratado. Apesar da dificuldade por vezes sentida em distinguir as duas categorias de vocábulos que o Autor designa por «termos antiquados» e «termos antigos» (cf. § LI, Num. 6), os primeiros eram na época arcaísmos já totalmente caídos em desuso, ao passo que os segundos tinham ainda algum uso, ainda que restrito, social ou diafasicamente demarcado.

Dos numerosos vocábulos classificados como «antiquados» destacam-se os seguintes, largamente conhecidos por quem frequenta os textos da fase arcaica da língua ou está familiarizado com a linguagem dos autos vicentinos: *alhur* «em outra parte»; *aquecer* «acontecer; suceder casualmente» (cf. forma arcaica *acaecer*); *ende* «daí»; *porende* «por onde, ou pelo que»; *segre* «século»; *tamalavez* «um pouco»; *vegada* «vez».

Outras formas são classificadas como «antigas», inserindo-se nesta categoria os vocábulos *dello* «dele, disto»; *imigo* «inimigo»; *pezadume* «peso; opressão; pesar», entre outros.

A esta categoria, não muito numerosa, se juntam os termos sentidos pelo tratadista como «antigos», mas que têm ainda algum uso na época, ainda que sujeito a restrições sociais e diafásicas, as quais têm

relação com o processo de mudança operado na língua. Assim, são classificados como termos «antigos e plebeus» *barregar* «berrar»; *crasta* «claustro»; *empecilho* «obstáculo; óbice; embaraço»; *fruta* «fruta», *fruto* «fruto», etc., e como «antigos e vulgares» *demo* «diabo», *vezo* «costume», entre outros.

## 5. Conclusões

Nas reflexões que, ao longo da comunicação, empreendemos procurámos apreciar a importância que as questões diacrónicas assumem nos textos gramaticais e ortográficos setecentistas e avaliar o contributo dessa produção metalinguística para o conhecimento da língua da época.

Todo o linguista histórico tem consciência das dificuldades que encerra o conhecimento de fases pretéritas da língua. Salvaguardada a preferência metodológica que deve ser atribuída aos dados empíricos registados nas fontes textuais directas (que, também elas, colocam questões ao investigador, questões situadas no complexo plano das relações entre a língua escrita e a língua oral), os textos metalinguísticos e metaortográficos fornecem dados complementares em relação aos textos escritos onde estão documentados os usos reais da época a que esses textos correspondem.

Na produção linguístico-gramatical encontra-se documentado o conhecimento que o Autor de cada texto gramatical possuía do diassistema da língua da época e das mudanças por ela sofridas ou ainda em curso. No entanto, para fazer uma correcta ponderação e um adequado aproveitamento das informações (nem sempre coincidentes) fornecidas por cada obra gramatical ou ortográfica, é imperioso conhecer as concepções linguísticas de cada gramático, uma vez elas condicionam a opção por determinados critérios de correcção e a escolha de um determinado uso e sua codificação. Além disso, é particularmente significativa a avaliação que cada gramático ou ortógrafo faz de factos linguísticos concretos ou de fenómenos de mudança linguística. Essas informações são complementares em relação aos materiais que a análise linguística extrai das fontes textuais directas e, por isso, é através da complementaridade de informações que o historiador da língua deve esboçar o traçado da situação da língua em cada etapa do seu percurso histórico.



## Bibliografia

- Argote, Jerónimo Contador de (1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, 2ª impressão, Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.
- Assunção, Carlos (2000): *A Arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Barros, João de (1540): «Gramática da língua portuguesa», em: Buescu, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1971): *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações, Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 57-155, 291-389.
- Boléo, Manuel de Paiva (1951): «Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas». *Boletim de Filologia*, 12, 1-44. O artigo foi incluído, com aditamentos, na obra do Autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, 1,1. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, pp. 185-250.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1971): *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações, Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (2000): «Les premières descriptions grammaticales du Portugais», em: Auroux, Sylvain / Koerner, E. F. K. / Niederehe, Hans-Josef / Versteegh, Kees (eds.): *History of the Language Sciences / Geschichte der Sprachwissenschaften / Histoire des Sciences du Langage*, Berlin / New York: Walter de Gruyter, pp. 756-764.
- Carmelo, Fr. Luis do Monte (1767): *Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa: Accrescentado com outros novos catalogos, e explicacam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Diccoens Cómicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se-devem introduzir em Discursos graves, ou sérios, e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idioma, os quaes sempre se-devem corrigir, ou evitar*. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Casteleiro, João Malaca (1980): «A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, 21, (Lisboa), pp. 197-214.

- Coseriu, Eugenio (1981): «Los conceptos de <dialecto>, <nível> y <estilo de lengua> y el sentido propio de la dialectología», *Linguística Española Actual*, 3,1, pp. 1-32.
- Coseriu, Eugenio (1991): *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Trad. do alemão de Maria Cristina de Motta Maia. Rio de Janeiro: Prentice e Editora Universitária da Universidade Federal Fluminense.
- Fávero, Leonor Lopes (1999): «O saber da língua: gramáticas do século XIX», em: Gärtner, Eberhard / Hundt, Christine / Schönberger, Axel (eds.): *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Frankfurt/Main: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira), pp. 231-241.
- Feyjó, João de Moraes Madureyra (1734): *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua Portuguesa*, Lisboa Occidental: Na Oficina de Miguel Rodrigues.
- Guitarte, Guillermo L. (1986): «La dimensión imperial del español en la obra de Aldrete: sobre la aparición del español de América en la lingüística hispánica», em: Quilis, Antonio / Niederehe, Hans-Josef (eds.): *The History of Linguistics in Spain*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 129-187.
- Kossarik, Marina A. (2002): *Amaro de Roboredo: Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Leão, Duarte Nunez do (1576): *Orthographia da lingoa portvgvesa*, Lisboa: Per Ião de Barreira impressor del Rei N.S.
- Leão, Duarte Nunez do (1606): *Origem da lingoa portvgvesa*, Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.
- Lobato, António José dos Reis (1770): *Arte da Grammatica da lingua Portugueza, composta, e offerecida Ao Illmo e Excmo Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal*, Lisboa: Na Regia Officina typografica (Citámos através de Assunção 2000).
- Maia, Clarinda de Azevedo (2001): «O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo», em: Thielemann, Werner (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes, Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira, 21), pp. 33-50.
- Pinto, Adelina Angélica (1980/81): «A africada ç em português: estudo sincrónico e diacrónico», *Boletim de Filologia* (Lisboa), 26, pp. 139-192.
- Pozuelo Yvancos, José María (1986): «Norma, uso y autoridad en la teoría lingüística del siglo XVI», em: Quilis, Antonio / Niederehe, Hans-Josef (eds.): *The History of Linguistics in Spain*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 77-94.
- Quilis, Antonio / Niederehe, Hans-Josef (eds.) (1986): *The History of Linguistics in Spain*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- [Verney, Luís António] (1746): *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em varias cartas, escritas polo R. P. \* \* \* Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. \* \* \* Doutor na Universidade de Coimbra*. Valença: Na Oficina de Antonio Balle.

Zamora, Juan C. (1995): «Renaissance Linguistics in Spain», em: Koerner, E. F. K. / Asher, R. E. (eds.): *Concise History of the Language Sciences. From the Sumerians to Cognitivists*, Oxford: Pergamon, pp. 157-161.